



ATA n° 006/2026

Reunião Ordinária do CMAS

06/05/2026 09h00 Presencial (Nossa Casa)

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, realizou-se a reunião ordinária do CMAS, com a presença dos conselheiros e convidados, Rafaela Soares de Campos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Maria Antônia Denski Grings (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Rodrigo Vargas Barbosa (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Patrícia Vedana Marques (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Indianara de Bem Sousa (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica), Michele Euzebio Bombazar (S.M. de Assistência Social – Proteção Social Especial), Leticia Mota Dal Pont (S.M. de Assistência Social – Dep. Habitação), Victor Benedet Zanette (S.M. de Assistência Social – Dep. Habitação), Tamara Bellettini Munari (S.M. de Educação), Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria- Geral do Município), Marcela Daiana Vicente Santiago (Secretaria da saúde), Talita Cristiane Friozone Borba (S.M. da Fazenda), Simone Feltrin da Rosa (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas), Paula Germann (CASA GUIDO), Raquiel de Souza Braz (CASA GUIDO), Rosilda Lima (AFASC), Graziela Torquato (AMA-REC), Carla Cristina Casagrande Monteiro (UNESC), Marcione Fernandes (SISERP), Juliana Espindola Cakdas Cavaler (OAB), Mariane Rios (ILPI Rede Viva) e Daiane Rios (ILPI Rede Viva). Inicialmente, foi retomada a pauta referente ao Centro POP, sendo realizada a leitura da resposta encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social ao ofício expedido pelo conselho acerca das condições estruturais, operacionais e da aplicação do cofinanciamento destinado ao equipamento. Na resposta apresentada, a Secretaria informou que, após o incêndio ocorrido em janeiro de 2016, foram realizadas reformas estruturais internas e externas no espaço físico do Centro POP, bem como a aquisição de equipamentos e materiais destinados à melhoria das condições de acolhimento e atendimento às pessoas em situação de rua, incluindo aparelhos de ar-condicionado, fogão industrial, máquinas de lavar, secadoras, cobertores, toalhas e demais itens necessários ao funcionamento do serviço. Também foi esclarecido que os fornecimentos de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza vêm ocorrendo regularmente, conforme solicitações encaminhadas pela equipe técnica do equipamento, sendo apresentados

demonstrativos dos itens fornecidos. A Secretaria informou ainda que eventuais faltas pontuais podem ocorrer em razão de indisponibilidade de fornecedores ou processos licitatórios em andamento, sem caracterizar descontinuidade do serviço. Sobre os materiais de higiene pessoal, foi informado que o processo licitatório anterior restou deserto, razão pela qual os pedidos passaram a ser realizados por meio de consórcio interfederativo. Em relação ao cofinanciamento federal aprovado pela Resolução CNAS nº 224/2026, no valor mensal de R\$ 10.000,00 até novembro de 2026, a Secretaria informou que os recursos poderão ser utilizados para contratação de profissionais, aquisição de materiais permanentes e de consumo, ampliação da estrutura e desenvolvimento de atividades voltadas ao público atendido. Quanto à preocupação apresentada pelo conselho acerca dos episódios de depredação do patrimônio público e fechamento do equipamento, especialmente durante o período noturno, a Secretaria informou que a demanda será encaminhada ao setor responsável para avaliação da possibilidade de reforço da segurança patrimonial e implantação de vigilância noturna. Após a leitura, os conselheiros realizaram amplo debate acerca da complexidade da política pública voltada à população em situação de rua, destacando que a problemática envolve diversas políticas públicas, como assistência social, saúde, habitação e segurança pública, não podendo ser atribuída exclusivamente à política de assistência social. Durante as manifestações, foi ressaltado que o município enfrenta pressão constante de comerciantes e moradores da região central em relação à presença da população em situação de rua, especialmente na região do Pinheirinho, sendo debatidas alternativas relacionadas à segurança pública, fiscalização de receptadores de materiais furtados, ampliação de vigilância no território e necessidade de articulação intersetorial. Também foi reforçado que a população em situação de rua deve ser reconhecida enquanto sujeitos de direitos, sendo rejeitada qualquer perspectiva higienista ou exclusivamente repressiva. Os conselheiros destacaram ainda que a política pública vem atuando de forma contínua e ativa para evitar agravamento da situação no município. Foi mencionado que os trabalhadores do Centro POP seguem manifestando angústias e dificuldades relacionadas às condições de trabalho e funcionamento do equipamento, sendo pontuado que, embora a Secretaria tenha apresentado esclarecimentos e providências, ainda existem divergências e situações que demandam acompanhamento contínuo do conselho. Na sequência, a plenária deliberou sobre o planejamento de ações do CMAS para o exercício de 2026. Foi informado que, em razão da impossibilidade de realização do planejamento durante a reunião ordinária anterior, ocorreu reunião extraordinária no Salão Ouro Negro em 15 de abril, ocasião em que foram debatidas propostas estratégicas para o funcionamento do conselho. No eixo de formação e capacitação, deliberou-se pela realização de uma roda de conversa voltada aos

conselheiros, visando esclarecimentos sobre atribuições, funcionamento das comissões e normativas da política de assistência social. Também foi deliberado o envio de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando adequação do cronograma da capacitação formal dos conselheiros para o período posterior à eleição da nova gestão do conselho, prevista para novembro de 2026. Foi debatida ainda a necessidade de ampliação da equipe da Secretaria Executiva do conselho, com a inclusão de profissional técnico de nível superior para atuação permanente, visando garantir continuidade dos trabalhos, apoio técnico às entidades e preservação do histórico documental e institucional do CMAS. No eixo de comunicação, foi destacada a necessidade de fortalecimento da divulgação das ações do conselho e do processo eleitoral das entidades não governamentais, sendo discutidas estratégias de comunicação institucional e aproximação com as entidades, trabalhadores e usuários da política de assistência social. A plenária também debateu o processo eleitoral das entidades não governamentais para a nova gestão do conselho, sendo informado que o edital já havia sido encaminhado à Procuradoria para análise jurídica. Os conselheiros reforçaram a importância da mobilização das entidades e usuários para participação efetiva no processo eleitoral. Ainda no planejamento, foi apresentada proposta de criação de comissão conjunta entre CMAS e Secretaria Municipal de Assistência Social para acompanhamento e fiscalização das entidades que possuem termos de colaboração e dos órgãos estatais vinculados à política de assistência social. A proposta prevê visitas técnicas, fiscalização, orientação e acompanhamento dos serviços socioassistenciais, incluindo instituições de longa permanência para idosos, residências inclusivas e serviços de acolhimento. A plenária aprovou o plano de ação do CMAS por unanimidade. Na sequência, foi realizada apresentação do Programa Universidade Gratuita, pela representante da UNESCO, que explicou o funcionamento da contrapartida social obrigatória dos estudantes beneficiados pelo programa estadual. Foi esclarecido que os profissionais formados precisam cumprir carga horária de prestação de serviços à sociedade em órgãos públicos ou entidades sem fins lucrativos, podendo atuar em áreas como psicologia, enfermagem, fisioterapia, pedagogia, educação física, engenharia e demais profissões contempladas pelo programa. Também foram explicados os procedimentos para formalização de parceria entre as instituições e a universidade, bem como o processo de encaminhamento e acompanhamento dos profissionais. Posteriormente, a Comissão de Inscrição apresentou os pareceres referentes aos processos analisados. Em relação à Associação Mover das Águas, a comissão manifestou-se pelo indeferimento do pedido de inscrição junto ao CMAS, considerando ausência de comprovação de ações continuadas compatíveis com a política de assistência social, insuficiência de equipe técnica, ausência de espaço físico regularizado e necessidade de

adequações técnicas e estruturais. Foi ressaltado que o indeferimento não impede futura reapresentação do pedido, desde que a entidade realize as adequações necessárias e apresente novo plano de trabalho compatível com os serviços socioassistenciais. Na sequência, foi apreciado o processo da Asilo São Vicente de Paulo, sendo aprovado parecer favorável à renovação da inscrição, com recomendações relacionadas à formalização da coordenação institucional e ampliação das ações de capacitação continuada da equipe técnica e operacional. Também foi apresentado parecer referente à Casa da Infância Associação Beneficente. A comissão relatou necessidade de realização de diálogo técnico com a equipe da instituição diante de questões relacionadas à organização dos serviços, ausência de orientador de oficinas, interrupção das atividades durante férias escolares, inexistência de sala adequada para atendimento individualizado da assistente social e necessidade de adequações às normativas da política de assistência social. Deliberou-se pelo encaminhamento de orientações e solicitação de esclarecimentos adicionais à entidade com prazo de 30 dias para resposta. A Comissão de Inscrição também informou que está realizando levantamento e atualização documental de todas as entidades inscritas no conselho, especialmente em relação a alvarás, regularidade cadastral e demais exigências normativas, visando fortalecimento da rede socioassistencial e qualificação dos serviços ofertados. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

Rafaela Soares de Campos (Secretaria Municipal de Assistência Social)

Maria Antônia Denski Grings (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Rodrigo Vargas Barbosa (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Patrícia Vedana Marques (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Indianara de Bem Sousa (S.M. da Assistência Social – Proteção Social Básica)

Michele Euzebio Bombazar (S.M. de Assistência Social – Proteção Social Especial)

Leticia Mota Dal Pont (S.M.de Assistência Social – Dep. Habitação)

Victor Benedet Zanette (S.M.de Assistência Social – Dep. Habitação)

Tamara Bellettini Munari (S.M.de Educação)

Luiz Felipe dos Santos Meller (Procuradoria- Geral do Município)

Marcela Daiana Vicente Santiago(Secretaria da saúde)

Talita Cristiane Friozone Borba (S.M. da Fazenda)

Simone Feltrin da Rosa (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas)

Paula Germann (CASA GUIDO)

Raquel de Souza Braz (CASA GUIDO)

Rosilda Lima (AFASC)

Graziela Torquato (AMA-REC)

Carla Cristina Casagrande Monteiro (UNESCO)

Marcione Fernandes (SISERP)

Juliana Espindola Cakdas Cavaler (OAB)

Mariane Rios (ILPI Rede Viva)

Daiane Rios (ILPI Rede Viva).

Ariana Colombo (Nossa Casa)

Maria Cristina E. (CIEE)

Josiane Teodora Matias (LBV)

Fernanda Zeferino Gomes (Happy Face)